



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Educação  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

CÂMARA CONJUNTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
PROCESSO Nº: E-03/100.342/2003  
INTERESSADO: FAETEC

**PARECER CEE Nº 056 /2005**

Responde a consulta da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC sobre emprego de Planos de Curso aprovados para dada unidade escolar em outras unidades da mesma Entidade.

## **HISTÓRICO**

### **1.0 - Instrução Processual**

O Presidente da Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC, Prof. Cláudio Mendonça, na qualidade de Presidente e Representante Legal da Entidade, à época, com a finalidade de atender as exigências da Deliberação CEE nº 254/00, encaminhou os planos de cursos da Educação Profissional de Nível Técnico, **por escola e área profissional**, para análise e autorização por parte deste Colegiado.

O CEE autorizou os cursos, discriminando-os por área profissional e por Unidade Escolar, fato que impediu a flexibilização, por parte da Fundação, de utilizar as matrizes curriculares autorizadas para dadas Unidades Escolares em outras recém-criadas, sem necessidade de expressa autorização do Conselho Estadual de Educação. Por extenso senso, sentiu-se impedida de oferecer um curso com plano de curso já aprovado para unidade já existente.

Por essa razão, a FAETEC alega encaminhar constantemente novos Planos de Curso de teor idêntico aos já autorizados. Com o objetivo de regularizar suas ações com economia processual, solicita orientação para melhor ajuste das questões. Inclui, nos autos, o que chama “*questões divergentes no Parecer 096/2002*” em relação aos planos de cursos, em especial as matrizes curriculares.

### **2. Relatório Analítico**

O instrumento legal avocado, Parecer CEE nº 096/2002, de 18 de dezembro de 2001, da lavra do ilustre Conselheiro Roberto Guimarães Boclin:

*- autoriza o funcionamento de Cursos Técnicos de Educação Profissional, propostos pela Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC, nas Escolas Técnicas Estaduais mantidas por aquela Fundação, em conformidade com a Deliberação CEE nº 254/2000, a partir de 1º de janeiro de 2002 e dá outras providências. [grifos nossos].*

Argumenta o ilustre Relator: Os Planos Curriculares adotados pelas Escolas Técnicas Estaduais vinculadas à FAETEC foram aprovados por este Conselho através dos Pareceres nºs 181/96, 288/96, 289/96, 428/97, 169/98 e 259/98, referentes à Educação Profissional de Nível Técnico na forma concomitante ou em sequência ao Ensino Médio.

A FAETEC apresenta os Planos Curriculares dos Cursos Técnicos agrupados por área de conhecimento, com componentes curriculares e cargas horárias adequadas à Resolução CEB nº 4, do CNE, e, da mesma forma, no que se refere aos princípios norteadores da Educação Profissional de Nível Técnico enunciados no artigo 3º da Lei. 9.394/96 (LDB). São, no caso em tela, 48 planos de curso, discriminados por Escola Técnica e por área de conhecimento.

Apresenta seu voto, aprovado na correspondente Câmara e no Plenário: - *somos de Parecer que sejam autorizados os Cursos Técnicos nas Escolas Técnicas Estaduais vinculadas à FAETEC, constantes no quadro que integra o presente parecer, considerando suas adequações à Deliberação CEE nº 254/2000, a partir de 1º de janeiro de 2002.*

### 3. Premissas ao Mérito

Nenhuma disposição legal emanada da Lei nº 9.394/96, ou especialmente do Parecer nº 16/1999 e da Resolução nº 04/1999, do Egrégio Conselho Nacional de Educação; nenhum dispositivo legal emanado do Colendo Conselho Estadual de Educação, em particular as Deliberações CEE n.ºs 254/2000 ou 272/2001; e nenhum dispositivo subjacente impedem ou incentivam que, para uma mesma Entidade Mantenedora, haja necessidade de ser aprovado o **mesmo Plano de Curso** relativo a **uma mesma habilitação profissional**, para **cada unidade escolar**, em cada um dos seus diferentes endereços.

A única matéria que tangencia a questão é o Ofício SEMTEC/MEC nº 110, de 08 de setembro de 2000, emanado da Coordenação Geral de Educação Profissional daquele órgão, pelo qual, considerando decisões tomadas no âmbito da SEMTEC quanto à formulação dos Planos para Currículos de Cursos Técnicos à luz das Diretrizes Curriculares nacionais, **recomenda**: - *um mesmo Plano poderá incluir mais de uma habilitação técnica, desde que da mesma área profissional e que a escola submeta à aprovação do Plano completo, mesmo que priorize a oferta inicial em uma determinada terminalidade.*

Por todos os méritos, é nosso entendimento que, de certa forma, o referido Ofício **induz a escolha de rituais objetivos** para análise de Planos de Curso, quando cumpridos os ditames legais, especialmente o disposto nas normas de ordem nacional e estadual.

O Conselho Estadual de Educação também **já sinalizou para ritos objetivos**, desde que cumpridas as normas legais de ordem nacional e estadual. É o que se depreende do Parecer Normativo oriundo do Processo **E-03/100.437/02**, de 14/05/2002, pelo qual o CEE: - *confirma a competência das instituições para promoverem alterações nas matrizes curriculares de seus cursos de Educação Profissional de Nível Técnico, respeitada a carga horária mínima de cada Área, tal como disposto na Resolução CNE nº 04/1999.*

Por todas as premissas, **entendemos foi desnecessária** apresentação de Plano de Curso relativo a uma formação profissional de Nível Técnico para cada unidade escolar, em cada endereço onde funcione uma unidade da Entidade Mantenedora, quando já houvesse sido aprovado Plano de Curso para aquela formação profissional para uma das outras unidades. No entanto, tal medida simplificadora **era absolutamente admissível** na fase crítica da adequação de mais dois mil Planos de Curso no Estado do Rio de Janeiro.

No entanto hoje, com o rito atualizado, o Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, após a competente homologação e publicação de seus atos autorizativos no Diário Oficial, providenciará o registro do Plano de Curso aprovado no Cadastro Nacional de Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico – CNTC do MEC, para que o mesmo passe a ter validade nacional.

O entendimento expresso neste Parecer, apenas reforça o disposto na Resolução n.º 4 CEB/CNE, que regula a matéria, além da **necessidade** do cumprimento das formalidades impressas nas Deliberações CEE n.ºs 272/2001 e, particularmente, CEE nº 254/2000.

### VOTO DO RELATOR

Considerando as Normas que regem a Educação Nacional; dado o disposto nas normas legais emanadas do Conselho Estadual de Educação; vista integridade da matéria, **VOTO** :

**É nosso Parecer**, em resposta à consulta da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC sobre emprego de Planos de Curso aprovados para dada unidade escolar em outras unidades da mesma Entidade, que é **necessário** apresentar um Plano de Curso para cada unidade escolar, do cumprimento das formalidades impressas na Resolução nº 4 CEB/CNE, que regula a matéria, e Deliberações CEE n.ºs 272/2001 e 254/2000.

Cabe ao Conselho Estadual de Educação, após a competente homologação e publicação de seus atos autorizativos no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, providenciar o registro do Plano de Curso aprovado no Cadastro Nacional de Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico – CNCT do MEC, para que o mesmo passe a ter validade nacional.

### **CONCLUSÃO DA CÂMARA**

A Câmara Conjunta de Educação Superior e Educação Profissional acompanha o voto do Relator.

Rio de Janeiro, 1º de março de 2005.

**Francisca Jeanice Moreira Pretzel** – Presidente

**José Antonio Teixeira** - Relator

**Antonio José Zaib**

**Jesus Hortal Sánchez**

**José Carlos Mendes Martins**

**Maria Lucia Couto Kamache**

**Valdir Vilela**

### **CONCLUSÃO DO PLENÁRIO**

O presente Parecer foi aprovado por unanimidade.

Sala das Sessões, no Rio de Janeiro, em 15 de março de 2005.

**Roberto Guimarães Boclin**  
Presidente

Homologado em ato de 1º/07/2005

Publicado em 22/07/2005 Pág. 32